

**Plano de Trabalho do Município de
Baixo Guandu para a execução
do Plano Municipal de Reparação em
Proteção Social**

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 GESTÃO	5
3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO	7
4 PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL.....	8
5 PLANO DE TRABALHO	10
5.1.1 Atividade 1 – Capacitação Profissional.....	10
5.1.2 Atividade 2 – Suplementação de Recursos Humanos.....	13
5.1.3 Atividade 3 – Transporte de Equipes.....	18
5.1.4 Atividade 4 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	20
5.1.5 Atividade 5 – Equipamentos	22
ANEXO I	19
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
7 INDICADORES	25

PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL BAIXO GUANDU

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho foi elaborado em conjunto, Fundação Renova e o Gestor Municipal de Assistência Social do município de **Baixo Guandu**, onde o responsável municipal detalhou as especificidades das ações previstas no Plano Municipal de Reparação em Proteção Social, elaborado em 2017 e 2018, para atendimento às **1553 famílias vulneráveis impactadas**, sendo as principais comunidades: Alto Guandu, Centro, Mascarenhas, Mauá, Rosário I, Rosário II, Santa Mônica, Sapucaia, São José, São Pedro, São Vicente e Vila Kennedy, que foram impactadas em função do rompimento da barragem Fundão.

Este instrumento deve estar em consonância com as prerrogativas do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e os parâmetros estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Este Plano de Trabalho possui os seguintes objetivos:

- Determinar as suas áreas de atuação e as metas quantitativas a serem atingidas;
- Estabelecer indicadores de desempenho a serem monitorados para acompanhamento e avaliação da efetividade do acordo celebrado entre as partes;
- Definir estratégias de atuação da Fundação Renova no apoio às especificidades no atendimento da Proteção Social Básica e Especial da Assistência Social local que visa mitigar os impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão/MG;
- Estabelecer atuação integrada e coordenada para responder às demandas referente à Política Pública de Assistência Social da população impactada;

- Permitir e estimular, por meio da atuação integrada, a interlocução com órgãos intersetoriais para garantir respostas assertivas, eficientes e eficazes;
- Fomentar processos, protocolos e procedimentos no âmbito do SUAS, para atender demandas das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.

2 GESTÃO

O Plano de Trabalho em questão possui como diretrizes a reparação integrada e a articulação com as Políticas Públicas já existentes, ou seja, devem ser envolvidos na execução das atividades os integrantes da Rede Socioassistencial local. Por essa razão, este Plano pretende contribuir de forma a complementar as ações de acompanhamento socioassistencial, já desenvolvidas pelo município de **Baixo Guandu** com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.

Portanto, a atuação da Fundação Renova no município de **Baixo Guandu**, de acordo como TTAC, para o atendimento às famílias e/ou indivíduos vulneráveis, está relacionada ao Programa de Proteção Social, que adota a estratégia de atuar no apoio ao fortalecimento dos serviços públicos essenciais e na execução de ações socioassistenciais para as famílias e indivíduos vulneráveis e nas comunidades impactados, sendo que as referidas ações devem estar de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993); Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012 (institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNP-DEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC); e, do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosos, Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n.2, de 06 de dezembro de 2012).

É fundamental que o município de **Baixo Guandu** implemente e aperfeiçoe ferramentas de controle que contemplem indicadores quantitativos para o monitoramento dos processos e das atividades desenvolvidas com a população atingida. Isso permitirá que o trabalho e os resultados sejam constantemente avaliados e os problemas mitigados em tempo hábil.

É muito importante que os processos que venham a ser

implementados para as ações previstas neste Plano não comprometam o fluxo de trabalho e que possamos alcançar os objetivos no atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados e que seja possível contribuir com a melhoria das condições de vida desse público.

Para tanto, pensando em um cenário macro, articulado e de continuidade da oferta nas comunidades impactadas, o Plano de Trabalho e o Termo, a serem assinados, poderão ser informados ao Conselho Municipal de Assistência Social e as ações previstas neste plano deverão compor o Plano Municipal de Assistência Social.

Além dos processos de gestão implementados pelo município para o acompanhamento, controle e avaliação de seus serviços, o gestor Municipal de Assistência Social deverá alimentar, sistemática e rotineiramente, a Fundação Renova por meio do Programa de Proteção Social, com informações quantitativas dos serviços prestados no atendimento às peculiaridades das famílias e indivíduos atingidos pelo rompimento da Barragem.

O município deverá produzir relatórios quadrimestrais a enviá-los à Fundação Renova apontando as atividades desenvolvidas pelos equipamentos públicos de Assistência Social, sobretudo os serviços do CRAS e CREAS, para garantia da transparência e monitoramento/acompanhamento dos resultados.

As metas e os indicadores serão estabelecidos para a avaliação das ações compartilhadas entre o Gestor Municipal de Assistência Social e Fundação Renova para o atendimento da população atingida.

Vale ressaltar que este Plano de Trabalho é parte integrante do instrumento jurídico que deverá ser assinado entre as partes envolvidas.

3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO¹

O SUAS no município de Baixo Guandu está organizado de acordo com os seguintes tipos de proteção¹:

a) Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O acolhimento das demandas neste tipo de proteção social ocorre no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL. MDS. PNAS, 2005).

b) Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivos a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. Este tipo de proteção social se divide em média complexidade, que possui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como principal equipamento público, e alta complexidade (BRASIL. MDS. PNAS, 2005).

A organização da oferta de serviços socioassistenciais é responsabilidade do Poder Público, por meio dos órgãos gestores da Política Pública de Assistência Social nos municípios e nos Estados, quando se tratar da oferta de serviços regionalizados, e deverá atender a quem dela necessitar.

Em relação à oferta de serviços socioassistenciais, o município de **Baixo Guandu é composto por 01 CRAS e 01 CREAS.**

¹ Conforme estipulado pela LOAS, PNAS e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2018)

4 PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL

O Programa de Proteção Social, da Fundação Renova, está alinhado aos conceitos e diretrizes da Política Pública de Assistência Social. Entretanto, diferencia-se das atribuições do Poder Público, por ter a responsabilidade na reparação, mitigação dos danos causados às famílias, principalmente as vulneráveis em função do rompimento da barragem. Conforme descrito na cláusula 56 do TTAC, excluindo o que for de capacidade do Poder Público, o Programa irá apoiar a adoção de protocolos de atendimento às famílias identificadas em situação de vulnerabilidade em decorrência do Evento.

Deste modo, as ações destacadas neste Plano de Trabalho são estratégia de reparação que foram definidas conforme o levantamento dos impactos identificados nestas comunidades e serão desenvolvidas pelas equipes municipais de Assistência Social do município de Baixo Guandu de acordo com o disposto no SUAS, em parceria com os órgãos estaduais e federais, e com o apoio da Fundação Renova, ressalvadas as competências das partes envolvidas .

4.1 O Plano Municipal de Reparação em Proteção Social no seu desenho traz os seguintes objetivos:

- Definir territorialmente como será realizado os atendimentos às famílias e/ou indivíduos vulneráveis das comunidades impactadas pelo rompimento;
- Identificar os possíveis agravamentos de vulnerabilidades nas famílias e/ou indivíduos vulneráveis, primeiramente por levantamento das percepções do grupo técnico e gestores Municipais e Estaduais de Assistência Social relacionadas ao rompimento da barragem;
- Definir estratégias de reparação em Proteção Social para este público vulnerável,

- Definições clara de papéis entre a Fundação Renova e o Poder Público no processo de reparação das famílias e/ou indivíduos vulneráveis;
- Garantir a integridade, a integração e priorização no atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis na rota de reparação e priorizando o atendimento dos mesmos nos demais Programas da Fundação Renova.

5 PLANO DE TRABALHO

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.1 Atividade 1 – Capacitação Profissional

Introdução

O escopo do Programa de Proteção Social, prevê, como um dos seus eixos de atuação, o Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social e, dentre as ações previstas, constam aquelas de apoio à capacitação e supervisão técnica das equipes de proteção social municipais e estaduais. Essas ações são consideradas fundamentais para qualificar o atendimento às famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactadas pelo rompimento da barragem.

A oferta de serviços socioassistenciais em situações de crise e emergência permite aos operadores da política pública de Assistência Social rever seus processos e fluxos, principalmente na organização e análise dos dados produzidos no período emergencial. Para garantir celeridade e qualidade na oferta de tais serviços, propomos a realização de capacitações para as equipes que vão operacionalizar este Plano de Trabalho nos seguintes eixos:

- **Capacitação** para gestores e técnicos – *"Oferta de serviços socioassistenciais e acompanhamento familiar em situações de crise e emergência"*, conforme a metodologia do Plano Estadual de Capacitação construído pela Fundação Renova e Estado do Espírito Santo;

- **Capacitação** para gestores e técnicos *"Implementação da vigilância socioassistencial para o monitoramento e avaliação dos serviços"*, conforme a metodologia do Plano Estadual de Capacitação construído pela Fundação Renova e Estado do Espírito Santo;

- **Oficinas por polos**, com as equipes de Proteção Social locais com o objetivo de discutir e desenvolver estratégias para o aprimoramento das ações nas comunidades impactadas (assessoria de apoio aos municípios conforme a metodologia do Plano Estadual de Capacitação construído pela Fundação Renova e Estado do Espírito Santo).

Objetivos

- Proporcionar aos profissionais envolvidos na execução deste Plano, capacitações com temas sobre atendimento a famílias e/ou indivíduos em situação emergencial como é o caso de desastres;
- Compreender melhor os possíveis agravamentos de vulnerabilidades ocorridos nos núcleos familiares e/ou indivíduos pós o rompimento da barragem;
- Aprimorar as equipes locais no atendimento às famílias e/ou indivíduos impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Justificativa

O SUAS, é um sistema muito novo dentro do cenário das Políticas Públicas brasileira, com pouco acúmulo de atuação em desastre da dimensão como foi o rompimento da Barragem Fundão/MG. Na sua implementação, em todo território nacional, os gestores municipais vêm enfrentando grandes desafios no trabalho social com as famílias e na ofertados serviços socioassistenciais. No contexto dos territórios impactados pelo rompimento da barragem, estes desafios são ainda maiores, o que exige muita compreensão e conhecimento da atribuição publica na Proteção Social brasileira e o Processo de reparação previsto no TTAC por meio de um Programa.

Diante desse cenário, faz-se necessário a capacitação de todos os envolvidos no processo de reparação, em especial das equipes técnicas locais para a realização do trabalho social com famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados, tendo como pressuposto a celeridade no atendimento as demandas deste público e ao mesmo tempo distinguir as especificidades dos atendimentos em cada território impactado.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 1 – CAPACITAÇÃO

Participação das equipes municipais em oficinas de capacitação para as equipes da Assistência Social com abordagem em temas para enfrentamento da situação de

desastre em perspectiva interdisciplinar.

PARA QUÊ?

Qualificação do trabalho das equipes para realização do trabalho social com as famílias e indivíduos no contexto de situação de desastre.

O QUE?

Participar de oficinas regionais de capacitação cujo tema contempla os temas são pertinentes ao trabalho social com famílias das comunidades impactadas.

QUANDO?

Segundo semestre de 2019 e Primeiro semestre de 2020.

QUEM?

Equipes técnicas do CRAS e CREAS e da gestão do município Baixo Guandu.

COMO?

As oficinas de capacitação serão regionalizadas, desenvolvidas e executadas por consultoria contratada pela Fundação Renova, sendo a mesma, responsável por identificar a estrutura física, logística e os especialistas com capacidade técnica para realização da oficina

A capacitação será regionalizada, com 15 vagas para o município Baixo Guandu.

ONDE?

A ser definido no momento da execução.

RECURSOS NECESSÁRIOS?

Humanos: Consultoria especializada

Logístico: local, lanche, material didático, som, Datashow e etc.

RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?

Disponibilização dos técnicos. Se as oficinas de capacitação forem realizadas fora do município, o mesmo não tem condições de arcar com alimentação, hospedagem e transporte.

RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?

Organização logística do evento, material, pagamento dos palestrantes e material necessário ao desenvolvimento das oficinas.

METAS?

Pelo menos um profissional da gestão local de Assistência Social do município capacitado.

Todos os equipamentos públicos da Assistência Social do município com pelo menos um profissional capacitado, além da equipe técnica suplementar financiada pela Fundação Renova, ou seja, 15 vagas.

PRAZO DE VIGÊNCIA?

Até dois anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.

CRONOGRAMA – ATIVIDADE CAPACITAÇÃO

Ação - Capacitação	Período de Execução	Unidade
Oficina 1	Setembro/19	01
Oficina 2	Março/2020	01

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.2 Atividade 2 – Suplementação de Recursos Humanos

Introdução

Conforme descrito na Política Pública de Assistência Social, o trabalho social com famílias impactadas deverá ser executado pelo Poder Público, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que é o principal serviço de Proteção Social Básica (Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004). O PAIF consiste no trabalho social com as famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê também o desenvolvimento de implementação de estratégias que possibilite o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço.

Muito importante também o trabalho social com as famílias por meio da PAEFI: Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas Políticas Públicas e com os demais

órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito que foi violado. Ambos os Programas são executados nos municípios através dos equipamentos Públicos: sendo o PAIF executado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o PAEFI por meio o do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Conforme NOB-RH/SUAS as equipes de referência são aquelas responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

A composição da equipe de referência dos CRAS e CREAS no município de Baixo Guandu está assim distribuída:

Nome do Equipamento	Endereço do Equipamento	Comunidade e/ou distrito de referência
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Endereço: Rua Dom Pedro I, S/N, Sapucaia- Baixo Guandu/ES. Telefone: (27) 3732-9456 Email: crasbaixoquandu@gmail.com cras@pmbg.es.gov.br	Todo o território de Baixo Guandu
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	Endereço: Rua Dr. Hugo Lopes Nalle, 719, Centro – Baixo Guandu/ES Telefone (27) 3732-1823 E-mail: creas.pmbg@gmail.com creas.paefi@pmbg.es.gov.br	Todo o território de Baixo Guandu

Em comum acordo com o TTAC, a NOB-SUAS e o Plano de Reparação em Proteção Social, definiu-se pela estratégia de ampliação na cobertura de atendimento do Programa do PAIF no município de Baixo Guandu, para o acompanhamento social das famílias e/ou indivíduos vulneráveis nas comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão. A atuação do Programa PAIF e do Programa PAEFI no processo de reparação das famílias e/ou indivíduo vulneráveis é fundamental para mitigar os impactos destes núcleos familiares, a partir do desenvolvimento

com as famílias de ações continuadas que permitam uma promoção e restauração dos direitos sob ameaça de violação ou já violados.

Para essa ação, a Fundação Renova irá fornecer recursos para suplementar o RH nos CRAS e CREAS, objetivando ampliar a cobertura do PAIF e PAEFI nas comunidades impactadas.

Objetivos

- Suplementar com recursos humanos as equipes do CRAS e do CREAS para ampliação na cobertura do PAIF e PAEFI na comunidade definidas neste Plano de Trabalho.

Justificativa

No município de Baixo Guandu é possível perceber que a busca por atendimento no CRAS foi crescente após o rompimento da barragem. As situações que ficaram mais evidentes são: fragilização dos vínculos familiares e com a comunidade e aumento das situações de violência doméstica contra mulher.

A seguir enviamos os dados do RMA:

Total de Atendimentos realizados pelos CRAS

Mês	2015	2016	2017	2018
Janeiro	447	385	486	561
Fevereiro	409	354	425	499
Março	491	453	409	603
Abril	504	485	306	530
Maio	778	468	402	623
Junho	1070	447	628	510
Julho	505	541	693	577
Agosto	413	529	580	575
Setembro	547	693	416	651
Outubro	469	507	655	578
Novembro	475	503	526	540
Dezembro	442	508	558	579

Total	6.550	5.873	6.084	6.826
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Registro do RMA/ Fonte: MDS

Importante ressaltar a necessidade do município em receber o suporte de equipe técnica para o atendimento do CRAS às famílias impactadas que residem nas comunidades rurais e na região central. Com o número de novas famílias sendo acompanhadas principalmente nas zonas rurais atingidas, faz-se necessária a ampliação de equipe técnica com Assistente Social e Psicólogo para atuar no CRAS e realizar o trabalho social com famílias. É, portanto, necessária a contratação de equipe qualificada para suplementar a equipe municipal já existente.

A contratação destes profissionais justifica-se pela necessidade de garantir o acompanhamento técnico qualificado das famílias em decorrência do rompimento da barragem, sem o comprometimento da qualidade e da continuidade dos serviços de Proteção Social Básica, agora ofertados à população do município.

Todos esses profissionais são para fortalecer a capacidade de atendimento, tendo em vista que, após o rompimento da Barragem de Fundão, o serviço ficou sobrecarregado e os acompanhamentos de famílias da zona urbana, que era registrado mensalmente passaram a ser semanais, e os das zonas rural, que aconteciam quinzenalmente, passaram a ser eventuais.

A continuidade das ações, portanto, tem a finalidade de mitigar os impactos em consequência do rompimento da barragem para famílias e indivíduos impactados.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 2 – Recursos Humanos
Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social com vistas a elevar a capacidade de atendimento às famílias ou indivíduos impactados. A expansão da cobertura do PAIF e PEFI nas comunidades impactadas é uma estratégia adotada pelo Programa, conforme legislação, que possibilita uma melhor inserção no núcleo familiar para identificação de vulnerabilidades surgidas ou agravadas neste público.
PARA QUÊ?
Fortalecer a capacidade pública para ampliar a oferta no atendimento na rede de serviços socioassistencial, com contratação de Recursos Humanos, por meio da

realização do trabalho social com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactadas com o rompimento da barragem.	
O QUE?	
Contratação de 10 técnicos de referência para atuar nos CRAS e CREAS para atendimento nas comunidades impactadas e 2 operacionais. Estas equipes a serem contratadas deverão ter salários equiparados das equipes efetiva do município Baixo Guandu.	
QUANDO?	
Inicia o processo de contratação no segundo semestre de 2019.	
QUEM?	
O município de Baixo Guandu contrata e faz a gestão da equipe sob a lógica e diretrizes do SUAS.	
COMO?	
Processo Seletivo Simplificado conforme os preceitos legais – Lei 8.666.	
ONDE?	
As equipes serão alocadas: CRAS e CREAS.	
RECURSOS NECESSÁRIOS	
R\$ 407.820,00 conforme tabela de memória de cálculo (ANEXO I), sendo R\$ 815.640,00 para o período de 2 anos do Plano de Trabalho.	
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar o processo de contratação das equipes para que possa ampliar a cobertura do PAIF e do PAEF nas comunidades impactadas com o rompimento da barragem; Repassar informações dos dados quantitativos dos atendimentos às famílias e ou indivíduos vulneráveis para a Fundação Renova. 	
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA	
Repassar o recurso necessário para contratação e manutenção dos profissionais que irão suplementar as equipes municipais, de acordo com as diretrizes da Fundação Renova.	
METAS	
Desenvolver o PAIF e PAEFI em 100% das comunidades definidas neste PLANO pelo município de Baixo Guandu	
PRAZO DE VIGÊNCIA	
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.	
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS	
Ação	Quantitativo
Atendimentos particularizados	1553
Atendimentos Coletivos	12
Ações Comunitárias	12
Encaminhamentos	Demanda Imprevisível
Palestras/oficinas	72
Busca Ativa	1553
Visitas Domiciliares	1553

5.1 Diretrizes – Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.3 Atividade 3 – Transporte de Equipes

Introdução

Na maioria dos municípios, a localização dos equipamentos públicos para desenvolver o trabalho social com as famílias tem apresentados desafios, sobretudo para o atendimento às comunidades rurais e/ou comunidades distantes da instalação do equipamento. Ou seja, o deslocamento das equipes de referências para realizar as atividades é um ponto de atenção.

Por esta razão, disponibilizar veículo é fundamental para dar o suporte necessário aos técnicos do CRAS e/ou do CREAS no atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactadas, uma vez que parte significativa desse público mora em comunidades ribeirinhas ou rurais. Ter veículos disponível para o deslocamento das equipes é uma forma de garantir a potencialização dos trabalhos social com as famílias por meio de realização de visitas domiciliares, atendimento individual de famílias, oficinas coletivas dentro da comunidade e realização de busca ativa das famílias para inserção nos serviços e/ou do acompanhamento para serviços (CRAS e SCFV), e até mesmo para atendimento nos programas da Fundação, quando for o caso.

Objetivo

Disponibilizar 02 (dois) veículos com combustível para o deslocamento das equipes no atendimento às famílias e/ou indivíduos impactados do município de Baixo Guandu. Quando as equipes forem se deslocar para outros municípios para capacitação e ou reunião com a Fundação Renova, fica autorizado a utilização dos veículos.

Justificativa

Foram várias as comunidades impactadas no município de Baixo Guandu, estando a maioria distantes do CRAS e CREAS. Além disso, considerando a

ampliação das equipes para atuação nessas localidades, faz-se necessário que a Fundação Renova disponibilize veículos com o objetivo de atender as demandas dos territórios impactados.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 3 – TRANSPORTE
Disponibilizar 2 (dois) veículos de passeio com combustível para o deslocamento das equipes de CRAS e CREAS para a realização de atividades nas comunidades impactadas no atendimento às famílias e indivíduos vulneráveis.
PARA QUÊ?
Ampliar a cobertura do PAIF e do PAEFI no atendimento e acompanhamento das famílias impactadas nestas comunidades em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.
O QUE?
Disponibilizar 02 (dois) veículos com combustível.
QUANDO?
Previsão de aproximadamente 180 dias a partir do processo de contratação do fornecedor.
QUEM?
Fundação Renova realizará contratação de empresas que disponibilizarão veículos e combustível.
COMO?
Contratação de empresas que disponibilizarão veículos e combustível para o município de Baixo Guandu.
ONDE?
Os veículos serão disponibilizados aos CRAS e CREAS do município de Baixo Guandu, para realizar o deslocamento das equipes até as comunidades impactadas e deslocamentos fora do município para capacitações e reuniões ofertadas em conjunto com a Fundação Renova.
RECURSOS NECESSÁRIOS
Contratação de empresa para locação de veículo.
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO
<ul style="list-style-type: none">▪ Utilização dos veículos somente para realizar as ações prevista neste PLANO DE TRABALHO;▪ Disponibilizar motorista para condução dos veículos;▪ Disponibilizar os motoristas para participar de treinamentos de direção defensiva;▪ O município deverá prestar conta, informado quais atividades foram desenvolvidas com a utilização do veículo, por meio do histórico de um <i>check list</i> ou outro instrumento a ser definido em conjunto com a Fundação Renova.
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA
Contratação e disponibilização de 02 (dois) veículos, incluindo-se a manutenção e o combustível.
METAS
Estes veículos estão sendo disponibilizados para que as equipes possam fazer o acompanhamento das famílias nas comunidades do município de Baixo Guandu.
PRAZO DE VIGÊNCIA
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou

agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.

Atividades a serem realizadas com utilização de veículo

Ação	Quantidade /periodicidade/equipamento público
Visita Domiciliar	Diariamente
Ações Comunitárias	Bimestral
Busca Ativa	Diariamente
Palestras/Oficinas	Diariamente

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.4 Atividade 4 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Introdução

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias. É um serviço realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV visa resgatar os vínculos familiares e sociocomunitários, realizando atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.

Objetivo

Fortalecer o trabalho social com famílias e/ou indivíduos nas comunidades impactadas, adquirindo lanches e material para a realização das atividades coletivas nas comunidades.

Justificativa

Considerando as situações de vulnerabilidade destes grupos, implementar os SCFV é de fundamental importância para mitigar os

impactos nos núcleos familiares, causados após o rompimento da barragem de Fundão.

Em situações de emergencial, tende a potencialização dos conflitos e fragilização da relação de convivência, o que muitas vezes leva à violação de direitos básicos, como comprometimento à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à realização de atividades laborais, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Neste contexto vivenciado pelas famílias dos municípios impactados torna-se imprescindível proporcionar ações que busque o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

Neste sentido, criar ações que possibilita a convivência destas famílias e/ou indivíduos, contribuiu para a dispersão do sofrimento acometido pelo rompimento da barragem, por meio de atividades lúdicas, culturais, esportivas e confraternizações.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 4 - ATIVIDADES REALIZADAS PARA AS FAMÍLIAS COM DESLOCAMENTO NO SERVIÇO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
Implementar o SCFV, previsto no SUAS nas comunidades impactadas, para mitigar os impactos ocorridos nas famílias e ou indivíduos vulneráveis.
PARA QUÊ?
As atividades descritas visam ampliar e fomentar as atividades do grupo de convivência, promovendo atividades culturais, esportivas e confraternizações e propiciando uma integração das famílias impactadas do município. Fundamenta-se também na importância de desenvolver um trabalho social com as famílias contínuo e efetivo com intuito de propiciar momentos de reflexão, criatividade, gerar novas percepções e de socializar, garantindo assim o fortalecimento de vínculos comunitários.
O QUE?
Repasse de recurso, em parcela única, para a aquisição de insumos para as oficinas coletivas.
QUANDO?
Aquisição dos insumos, após o repasse do recurso, para suprir as oficinas conforme cronograma.
QUEM?
Fundação Renova e município de Baixo Guandu.
COMO?
Fundação Renova repassa o recurso e o município faz a aquisição.
ONDE?
Material a ser utilizado nos CRAS e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

RECURSOS NECESSÁRIOS		
Valor de R\$ 48.000,00 para aquisição de insumos.		
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento e realização das atividades de grupos nos serviços; ▪ Mobilização das famílias para a participação das atividades; ▪ Local para definição das atividades. 		
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA		
Repasse dos recursos necessários para a aquisição dos insumos neste Plano de Trabalho.		
METAS		
Ampliar a capacidade instalada em 100%, o número de atendimento de crianças, adolescentes e idosos, sendo referenciados nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.		
PRAZO DE VIGÊNCIA		
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.		
CRONOGRAMA – AÇÕES COLETIVAS E OFICINAS COM FAMÍLIAS		
Atividades realizadas para as famílias	Período de Execução	Unidade
Oficinas	2 anos	CCFV
Palestras	2 anos	CCFV
Atividades de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	2 anos	Espaços Externos

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.5 Atividade 5 – Equipamentos

Introdução

Considerando a otimização dos recursos humanos, veículos e insumos para o desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF e PAEFI nos territórios impactados, é preciso considerar a necessidade do suporte com equipamentos que sejam necessários.

Objetivo

Suplementar com equipamentos correspondentes que se fizerem necessários ao desenvolvimento das atividades profissionais.

Justificativa

Atualmente, os equipamentos disponíveis às equipes dos CRAS e CREAS atendem às demandas já em curso. Com a ampliação do número de equipes para atuar nos territórios impactados, o município necessita equipar às novas equipes que integrarão os serviços.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 5 – EQUIPAMENTOS	
Suplementar os equipamentos existentes nos CRAS e CREAS que irão acolher as novas equipes para o desenvolvimento das atividades profissionais.	
PARA QUÊ?	
As ações descritas neste Plano, visam fornecer as condições mínimas para que os equipamentos públicos CRAS e CREAS tenham condições de receber as novas equipes suplementadas pela Fundação Renova para desenvolvimento do PAIF e PAEFI nos territórios impactados.	
O QUE?	
Repassar recursos financeiros, em parcela única, para aquisição de equipamentos para as equipes técnicas suplementares.	
QUANDO?	
2º semestre de 2019	
QUEM?	
Fundação Renova e município.	
COMO?	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilização de mesas, cadeiras, computadores e impressoras, conforme quantitativo de equipes técnicas suplementares. 	
ONDE?	
Nos CRAS e CREAS de referência dos territórios impactados para realização das atividades das equipes suplementadas.	
RECURSOS NECESSÁRIOS	
Valor de R\$ 22.490,00 para aquisição dos equipamentos.	
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO	
Aquisição e disponibilização, para os CRAS e CREAS, de todos os equipamentos relacionados neste plano.	
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA	
Disponibilizar em parcela única um valor para que o município adquira os equipamentos para o desenvolvimento das ações das equipes.	
METAS	
Apoiar o fortalecimento da estrutura de 01 CRAS e 01 CREAS, conforme definido neste plano.	
PRAZO DE VIGÊNCIA	
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.	
CRONOGRAMA – EQUIPAMENTOS	
EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Mesa para suplementar o CRAS e CREAS.	03
Computador para realização de registros e elaboração de	06

relatórios.	
Cadeira para os técnicos.	12
Impressora multifuncional	01

Município Baixo Guandu, 26 de julho de 2019.

Ana Paula Guimarães
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO I

TABELA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO ANUAL

Cargo	Valor Bruto	Prov 13°	Prov Férias	Encargos INSS	Valor Mensal	Valor Anual
Técnico 1	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 2	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 3	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 4	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 5	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 6	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 7	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 8	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 9	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Técnico 10	R\$ 1.418,08	R\$ 118,17	R\$ 157,56	70,00%	R\$ 2.879,49	R\$ 34.553,88
Motorista	R\$ 1.278,00	R\$ 106,50	R\$ 142,00	70,00%	R\$ 2.595,05	R\$ 31.140,60
Motorista	R\$ 1.278,00	R\$ 106,50	R\$ 142,00	70,00%	R\$ 2.595,05	R\$ 31.140,60
TOTAL						R\$ 407.820,00

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de**

Assistência Social – PNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. ; 23.

BRASIL. **Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

BRASIL. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 93**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 03 de jul. 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. LOAS. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 18 de jun. de 2018.

7 INDICADORES

Nº	INDICADORES A SEREM MONITORADOS
01	Capacitação dos profissionais dos equipamentos públicos de Assistência Social
02	Acompanhamento de famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados existente na base do cadastro integrado da Fundação no atendimento da rede socioassistencial, em especial PAIF E PAEFI.
03	Execução de oficinas coletivas nas comunidades impactadas.

Quadro de Indicadores e Metas

(a ser preenchido de acordo com os objetivos e metas previstos no Plano de Trabalho Municipal)

01 – Capacitação dos profissionais dos equipamentos públicos de Assistência Social			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Profissionais dos equipamentos Públicos de Assistência de Social capacitados.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100
Frequência de medição	Data início medição	Data fim medição	
Anual	Segundo semestre de 2019	Segundo semestre 2020	
Fórmula de cálculo			
<u>Quantitativo de profissionais dos equipamentos de assistência social capacitados</u> x 100			
Quantitativo de profissionais dos equipamentos de assistência social do município de Baixo Guandu			
Quantitativo de profissionais capacitados dos equipamentos de Assistência Social			

Definição	O indicador mensura o percentual de profissionais capacitados dos equipamentos Públicos de Assistência Social de Baixo Guandu.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	A capacitação será evidenciada conforme lista de presença e registro fotográfico/audiovisual. A medição será do período do segundo semestre de 2019 ao primeiro semestre de 2020, de forma cumulativa.
Quantitativo de profissionais dos equipamentos de assistência social do município de Baixo Guandu	
Definição	O número de profissionais nos equipamentos Públicos de Assistência Social de Baixo Guandu
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Número de equipamentos Públicos de Assistência Social evidenciados pelo Município por meio dos relatórios e fontes oficiais.

02 – Acompanhamento de famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados existente na base do cadastro integrado da Fundação no atendimento da rede socioassistencial, em especial PAIF E PAEFI.

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Acompanhamento pelas políticas de Assistência Social das famílias e/ou indivíduos das comunidades impactadas identificadas no cadastro integrado.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	24 meses	100
Frequência de medição		Data início medição	Data fim medição
Quadrimestral		Segundo semestre de 2019	Segundo Semestre de 2021
Fórmula de cálculo			
<u>Quantitativo de famílias impactadas acompanhadas</u> x 100			
Quantitativo de famílias impactadas			
Quantitativo de famílias impactadas acompanhadas			
Definição	Proporção das famílias vulneráveis impactadas devidamente acompanhadas pelas equipes dos serviços de proteção social básica e especial da Política Municipal de Assistência Social.		

Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatórios quadrimestrais de atendimento e acompanhamento gerados pelos serviços de proteção básica e especial da Política Municipal de Assistência Social.
Quantitativo de famílias impactadas com base no cadastro integrado	
Definição	Número de famílias vulneráveis cadastradas das comunidades impactadas
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Banco de dados do Cadastro Integrado.

03 – Execução de 100% das oficinas coletivas nas comunidades impactadas			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Execução das ações coletivas que foram planejadas nos SCFV dentro das comunidades impactadas.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	
Frequência de medição		Data início medição	Data fim medição
Quadrimestral		Segundo Semestre de 2019	Segundo Semestre de 2021
Fórmula de cálculo			
$\frac{\text{Quantitativo das oficinas coletivas planejadas em todas comunidades impactadas}}{\text{Quantitativo de oficinas realizadas}}$			
Quantitativo de oficinas coletivas			
Definição	Execução das oficinas coletivas dentro do serviço de SCFV, nas comunidades impactadas elencadas neste plano.		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Lista de presença de cada oficina com CPF do participante.		

Quantitativo de oficina por comunidades	
Definição	Número de oficinas coletivas planejadas realizadas nas comunidades impactadas.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Proposta da oficina com a metodologia prevista, planejada neste plano de trabalho.